CONSIDERANDO o que constou no processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº0711841-45.2022.8.13.0000,

AVISAM a todos os interessados que fica instalado o “Núcleo de Justiça 4.0 - Cível”, para atuar em cooperação com o Gabinete do Desembargador João Câncio, integrante da 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no processamento e julgamento dos feitos relativos ao “rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho”, e com as demais Câmaras Cíveis de competência residual, denominadas de Câmaras de Direito Público e Câmaras de Direito Privado, que estejam em situação de descumprimento de metas nacionais do Poder Judiciário e de metas institucionais do TJMG, conforme apuração do Primeiro Vice-Presidente.

AVISAM, ainda, que:

I - o Núcleo será composto por 2 (dois) juízes de direito a serem convocados pelo Presidente, nos termos do art. 8º da Portaria Conjunta da Presidência nº 1.387, de 9 de setembro de 2022, para a função de relator, e por 16 (dezesesseis) desembargadores designados pelo Presidente para a função de vogais;

II - os desembargadores interessados em atuar no “Núcleo de Justiça 4.0 - Cível” deverão, até o dia 28 de setembro de 2022, preencher o formulário disponibilizado na Rede TJMG> Ações e Programas > Programa Justiça Eficiente (<https://rede.tjmg.jus.br/rede-tjmg/acoes-e-programas/programa-justica-eficienteprojet.htm>), observado o disposto no art. 7º da Portaria Conjunta da Presidência nº 1.387, de 2022;

III - o quantitativo de dias de compensação a ser computado pela atividade jurisdicional do desembargador será de 1 (um) dia de crédito para compensação a cada 12 vocalatos, excluídos aqueles proferidos em incidentes e/ou recursos interpostos contras as decisões proferidas no Núcleo;

IV - o encaminhamento de processos para o Núcleo terá início em data definida pelo Primeiro Vice-Presidente;

V - permanecerão sob relatoria do Desembargador João Câncio os feitos que lhe forem distribuídos até a data definida para início de encaminhamento dos processos ao Núcleo;

VI - o período de designação dos desembargadores será de 1 (um) ano, permitida a recondução;

VII - os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente ou pelo Primeiro Vice-Presidente, observadas suas áreas de competência e atribuição.

Belo Horizonte, 23 de setembro de 2022.

Desembargador JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO, Presidente

Desembargador ALBERTO VILAS BOAS VIEIRA DE SOUSA, 1º Vice-Presidente

PORTARIA Nº 5.797/PR/2022

Torna sem efeito o ato que especifica, de designação de candidata para o exercício da função de juiz leigo em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais, de que trata a Portaria da Presidência nº 5.789, de 16 de setembro de 2022.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 26 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012, e o art. 5º da Resolução do Órgão Especial nº 792, de 23 de abril de 2015,

CONSIDERANDO a Portaria da Presidência nº 5.789, de 16 de setembro de 2022, que “designa juíza leiga para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais”;

CONSIDERANDO o disposto na alínea “b” do subitem 16.4 do Edital de Seleção Pública Para Formação de Cadastro de Reserva de Juízes Leigos no Sistema Dos Juizados Especiais da Capital e do Interior nº 01/2019, no sentido de que será tornada sem efeito a portaria de designação de juiz leigo e ficará o candidato eliminado da seleção pública que, após ser designado, formalizar a desistência da função, antes da assinatura do termo de compromisso;

CONSIDERANDO que a candidata Isadora Costa Saraiva, aprovada em processo seletivo e devidamente designada, manifestou expressamente desistência da referida designação, conforme processo SEI nº 0347772-77.2022.8.13.0000;

CONSIDERANDO o que constou no processo do Sistema Eletrônico de Informação - SEI nº 0143157-28.2022.8.13.0000,

RESOLVE:

Art. 1º Fica sem efeito a designação da candidata Isadora Costa Saraiva, para exercício da função de juíza leiga junto ao 3º cargo de Juiz de Direito da 2ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Contagem, a que se refere a Portaria da Presidência nº 5.789, de 16 de setembro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 23 de setembro de 2022.

Desembargador JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO, Presidente

PORTARIA Nº 5.798/PR/2022

Dispensa juiz leigo de suas funções em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do art. 26 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012, e o art. 5º da Resolução do Órgão Especial nº 792, de 23 de abril de 2015,

CONSIDERANDO a Portaria da Presidência nº 5.119, de 25 de março de 2021, que "designa juízes leigos para atuarem em unidades jurisdicionais do Sistema dos Juizados Especiais";

CONSIDERANDO que o art. 94 da Portaria Conjunta nº 1.103, de 16 de dezembro de 2020, que institui o Código de Normas do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais, estabelece que "o juiz leigo poderá ser dispensado por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, a pedido e a qualquer momento, nos termos do art. 8º da Resolução do Órgão Especial nº 792, de 2015";

CONSIDERANDO que o juiz leigo, aprovado em processo seletivo e devidamente designada, manifestou expressa desistência da referida função;

CONSIDERANDO o que constou no processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0690628-43.2022.8.13.0271,

RESOLVE:

Art. 1º Fica dispensado, a pedido, a partir do dia 19 de setembro de 2022, o juiz leigo Robert Augusto de Souza de suas funções junto ao Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Frutal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 19 de setembro de 2022.

Belo Horizonte, 23 de setembro de 2022.

Desembargador JOSÉ ARTHUR DE CARVALHO PEREIRA FILHO, Presidente

PORTARIA Nº 5.799/PR/2022

Designa os integrantes das Comissões Temáticas do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 26 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO a Resolução do Órgão Especial nº 969, de 12 de julho de 2021, que "Dispõe sobre os Comitês de Assessoramento à Presidência, estabelece a estrutura e o funcionamento das unidades organizacionais da Secretaria do Tribunal de Justiça diretamente vinculadas ou subordinadas à Presidência e dá outras providências";

CONSIDERANDO que o art. 49 da Resolução do Órgão Especial nº 969, de 2021, estabelece a criação de comissões temáticas pelo Grupo Operacional de Inteligência, cujas atribuições são auxiliar o Grupo Operacional e propor notas técnicas, recomendações, diretrizes e demais providências e deliberações;

CONSIDERANDO que o art. 3º da Portaria da Presidência nº 5.532, de 29 de março de 2022, estabelece a organização, as atribuições, o fluxo de trabalho, as diretrizes e as regras complementares para o funcionamento do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais - CIJMG;

CONSIDERANDO a Portaria da Presidência nº 5.705, de 27 de julho de 2022, que "institui Comissões Temáticas do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais, na forma do art. 3º da Portaria da Presidência nº 5.532, de 29 de março de 2022, reestrutura as já existentes e designa seus coordenadores";

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da Portaria da Presidência nº 5.599, de 3 de junho de 2022, que "constitui e estabelece a composição das Comissões Temáticas do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais que especifica";

CONSIDERANDO as inscrições realizadas em conformidade com o Aviso nº 87, de 27 de julho de 2022, que "avisa sobre a possibilidade de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais comporem comissões temáticas, no âmbito do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais - CIJMG";